

# **POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: O TRABALHO REALIZADO EM UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP**

Riza Amaral Lemos<sup>1</sup>  
Marcus Venícius de Brito Coelho<sup>2</sup>  
Amanda Barbosa de Paiva<sup>3</sup>

## **RESUMO**

A pandemia de Covid-19, que assolou o Brasil e o mundo, trouxe uma série de implicações em diversas áreas, dentre elas, na educação. Nesse sentido, necessário se fez repensar o trabalho da escola enquanto equipamento social de fundamental importância para a garantia do direito à educação, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças. Esse trabalho procura analisar as propostas de formação permanente, pensadas pela gestão educacional juntamente com a equipe escolar durante o período de 2020 a 2022, em um Centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campinas/SP. Trata-se de pesquisa documental que apresenta as formações realizadas ao longo desse recorte histórico, bem como, as principais implicações desse processo formativo para a prática pedagógica desenvolvida pelos profissionais tanto em meio ao distanciamento social ocorrido em 2020 e 2021, quanto no retorno das atividades presenciais em 2022. A política de formação implementada, visou propiciar aos profissionais da educação que atuam na Unidade Educacional (professoras, professores, agentes de educação infantil, monitores, equipe da cozinha, equipe da limpeza, zeladores, zeladoras, funcionárias da secretaria e vigilantes), pensar a escola, os processos educativos e o atendimento às aproximadamente 400 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, suas famílias e a comunidade por meio de propostas formativas diferenciadas, baseadas em reflexões e discussões coletivas, que fossem capazes de analisar as particularidades encontradas nesse contexto desafiador e auxiliar na implementação de ações e tomada de decisões. Trata-se de pesquisa finalizada, que dentre os resultados apontou para a importância da formação permanente para o desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Diretora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Campinas. Professora da Universidade Padre Anchieta de Jundiá e do Programa de Pós-Graduação da Kroton Educacional. [riza.lemos@educa.campinas.sp.gov.br](mailto:riza.lemos@educa.campinas.sp.gov.br)

<sup>2</sup> Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP, Representante Regional do Núcleo de Ação Educativa Descentralizado Sudoeste – NAED – Sudoeste – [marcus.coelho@educa.campinas.sp.gov.br](mailto:marcus.coelho@educa.campinas.sp.gov.br)

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Comunitária de Campinas. Especialista em Gestão Escolar pela Uniararas. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos /UFSCAR- Campus Sorocaba, na linha de pesquisa: Formação de Professores e Práticas Educativas. Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Campinas. [amanda.paiva@educa.campinas.sp.gov.br](mailto:amanda.paiva@educa.campinas.sp.gov.br)

de um trabalho efetivo em meio ao contexto pandêmico, bem como para a estruturação de propostas e ações de atendimento em meio a essa conjuntura diante do retorno presencial e consequentemente na qualidade da educação oferecida.

**Palavras-chave:** Política de Formação , Educação Infantil , Qualidade da Educação .

## INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, que afetou o Brasil e o mundo, trouxe uma série de implicações em diversas áreas, dentre elas, na educação. Nesse sentido, necessário se fez repensar o trabalho da escola, que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9394/1996), sem seu Art. 29 “tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 2013).

Este trabalho investigou as propostas de formação permanente pensadas pela gestão educacional (diretora educacional, vice-diretora educacional e orientadora pedagógica), juntamente com a equipe escolar (professoras, professores, agentes de educação infantil, monitores, equipe da cozinha, equipe da limpeza, zeladores, zeladoras, funcionárias da secretaria e vigilantes), durante o período de 2020 a 2022, em um Centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campinas, interior do estado de São Paulo, que atende aproximadamente 400 bebês e crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade.

A pesquisa utilizou como recurso procedimentos de análise documental que de acordo com as contribuições de Severino (2007):

(...) tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (Severino, 2007, p. 122).

A política de formação implementada apontou para a importância da formação permanente para o desenvolvimento de um trabalho efetivo em meio ao contexto

pandêmico, bem como para a estruturação de propostas e ações de atendimento em meio a essa conjuntura.

Para melhor compreensão e análise, a estruturação do artigo dividiu-se da seguinte maneira: 1) Educação Infantil e as políticas públicas de formação continuada: breve histórico, 2) A unidade educacional e a formação continuada em tempos de pandemia de Covid-19 e as considerações finais.

## **1. EDUCAÇÃO INFANTIL E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: BREVE HISTÓRICO**

As políticas públicas de formação continuada estão diretamente ligadas às demandas que surgiram na Educação Infantil ao longo dos anos. Por isso, faz-se necessário compreender o movimento histórico dessas instituições e a relação presente entre essas trajetórias.

A primeira instituição de ensino destinada ao atendimento de crianças, segundo Kuhlmann Jr.(2000), surgiu na Alemanha, em 1840, idealizada pelo pedagogo Friedrich Froebel, conhecida como jardim de infância. Ainda segundo o autor, no Brasil, as primeiras instituições destinadas ao atendimento de crianças surgiram em meados de 1924, após o período da República. Elas não estavam vinculadas com a educação e, até 1970, não apresentaram expansão significativa.

O percurso histórico da Educação Infantil no Brasil traz em sua trajetória a inserção da mulher no mercado de trabalho. Com esse novo cenário, em meados de 1980, pouco antes da Constituição Federal (CF) de 1988, surgiu a necessidade de se repensar o atendimento das crianças, filhas e filhos de mulheres e homens trabalhadores(as). Nessa época, de acordo com Monção e Godoy(2021), as instituições eram ligadas à Assistência Social, e se tornaram espaços de cuidado e acolhimento de crianças, o que antes era responsabilidade exclusiva da família. Com a promulgação da CF/88, surge o reconhecimento do direito à educação no Brasil, incluindo a Educação Infantil, onde estabeleceu a Educação Básica como dever do Estado. No artigo 208 da CF/88, incisos I<sup>4</sup> e IV<sup>5</sup>, há a menção da Educação Infantil com matrícula obrigatória

---

<sup>4</sup> De acordo com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em 11/11/2023.

<sup>5</sup> De acordo com a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm). Acesso em 11/11/2023.

para crianças a partir dos quatro anos de idade, com atendimento em creches e pré-escolas até cinco anos e onze meses de idade.

Na cidade de Campinas, interior de São Paulo, a primeira instituição foi inaugurada no ano de 1940 e era conhecida como “Parque Infantil Cambuí”. Posteriormente, recebeu o nome de “Parque Infantil Violeta Dória Lins”, e tinha como finalidade atender crianças de quatro a doze anos. (Ferreira, Medeiros e Wiggers, 2023, p.02). Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil (Campinas, 2013), esses parques, que eram vinculados à Secretaria de Promoção Social e foram denominados de Centros Infantis (CIs).

...embora houvesse o vínculo com um órgão de assistência social, o aspecto pedagógico-educacional acontecia em alguns momentos e ações, como em situações em que objetos de enfeite tornavam-se brinquedos nas mãos das crianças. A rotina, apesar de higienista, privilegiadora de cuidados com a saúde, garantia momentos no parque, pressupondo o acontecimento do brincar e a possibilidade de fuga das normas educacionais vigentes. (Campinas, 2013, p.9).

Foi em 1989, com o movimento de mulheres trabalhadoras que, de acordo com Cassan (2013), a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas deslocou as creches e pré-escolas da Secretaria de Promoção Social para a educação. Essa mudança gerou impactos na política de atendimento às crianças, propiciando avanços ao longo dos tempos. “As intenções de se estruturar uma Política Municipal de Educação Infantil em Campinas/SP, no âmbito da SME, foram anunciadas e sistematizadas, em 1994, no Programa de Ação Político-Pedagógico - PAP” (Cassan, 2013, p.88), com o objetivo de democratizar o acesso à Educação Infantil e a definição de políticas públicas.

Ter uma educação infantil de qualidade passava por eixos orientadores na política pública que previsse essencialmente a expansão da rede física, a profissionalização e a definição de um Currículo, nos quais as profissionais de educação infantil deveriam efetivar nas creches e pré-escolas. (Cassan, 2013, p.89).

O campo de pesquisas sobre formação docente no Brasil, segundo Pereira (2013), surgiu em meados de 1973, se consolidando por volta de 1986. Ainda de acordo com o autor, as publicações se intensificaram nos anos 80, contando com as contribuições de: Maria das Graças Feldens; Vera Candau; Menga Lüdke; Marli André; Iria Brzezinski. Essas pesquisas apontavam os(as) educadores(as) como foco das investigações. Além disso, outro aspecto importante a ser mencionado são as



implementações de políticas públicas de formação no âmbito educacional. “Um marco regulatório decisivo para a formação docente nas últimas décadas tem sido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996” (Barretto, 2015, p.681).

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. (Brasil, 1996).

Caminhando nessa perspectiva, o município de Campinas, em 1991, promulga a lei nº 6.894, no dia 24 de dezembro, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 62 - Além dos direitos previstos em outras normas legais, são direitos dos integrantes do Magistério:

II - Ter assegurada a oportunidade de frequentar cursos de formação, pós graduação, atualização, especialização profissional, aperfeiçoamento e extensão universitária, seminário, encontro, congresso sem prejuízo de seus vencimentos, desde que devidamente autorizado sendo obrigatória a divulgação nas Unidades Educacionais de todos os eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas;

V - Receber auxílio para publicação de material pedagógico ou técnico científico, quando aprovado pela Secretaria Municipal de Educação;

IX - Reunir-se na Unidade Educacional, pelo menos uma vez por mês, estabelecido em calendário escolar, para tratar de assunto relacionado à formação permanente do profissional. (Campinas, 1991).

Barretto (2015) relata que, na segunda metade dos anos 2000, o Ministério da Educação (MEC) começa a atuar de maneira proativa no que se refere à formação na Educação Básica, compreendendo-a como um processo contínuo, que tem como base a formação inicial e prossegue durante a carreira do(a) profissional da educação. Para Monção e Godoy (2021) “...é preciso resgatar as propostas de educação democrática, as diretrizes curriculares, a escuta ativa da criança, os parâmetros e indicadores de qualidade, garantir a valorização dos profissionais do magistério e, então, investir e financiar fortemente políticas que vão nessa direção” (Monção e Godoy, 2021, p.61).

À medida em que avançamos em políticas públicas que abrangem a Educação Infantil e a formação continuada dos(as) profissionais, caminhamos para garantir a melhoria no atendimento aos bebês e crianças pequenas, bem como a valorização dos sujeitos que atuam na primeira infância, compreendendo a escola enquanto equipamento social de fundamental importância para a garantia do direito à educação.

## **2. A UNIDADE EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19**

O Centro de Educação Infantil estudado, localizado na região Sudoeste da cidade de Campinas/SP, atende a aproximadamente 400 crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade, através de agrupamentos multietários<sup>6</sup> organizados da seguinte maneira: Agrupamento I - crianças de zero até um ano e onze meses de idade, Agrupamento II - crianças de dois a três anos e onze meses de idade e Agrupamento III - crianças de quatro a seis anos de idade, o que proporcionou uma ampliação na oferta de vagas no município para essa etapa de ensino, bem como um novo olhar para as questões que envolviam a escolarização das crianças pequenas, uma vez que não há a nomenclatura “pré-escola” e, portanto, a concepção de pré-alfabetização ou preparação para o ingresso nos anos iniciais do ensino fundamental.

No dia 30 de janeiro de 2020, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde<sup>7</sup>, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi declarado o surto do novo coronavírus (2019-nCoV), que constituiu Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Essa situação trouxe perspectivas diferentes para o convívio em sociedade, pois como medida preventiva para combater a propagação do vírus, recomendou-se o isolamento social, causando impactos também na área educacional.

Diante da crise sanitária que afetava o país e o mundo, foram necessárias medidas urgentes de atendimento aos bebês e crianças pequenas. Por isso, no dia 08 de maio de 2020, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas, através da Coordenadoria de Educação Básica (CEB), disponibilizou um documento contendo orientações para a Educação Infantil sobre o “uso das plataformas digitais e ferramentas

---

<sup>6</sup> Resolução SME nº 23 de 13 de novembro de 2002. Disponível em [https://saude.campinas.sp.gov.br/smenet/revista/matri\\_inf\\_2003.htm](https://saude.campinas.sp.gov.br/smenet/revista/matri_inf_2003.htm). Acesso em 11/11/2023.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 11/11/2023.

tecnológicas para a realização das ações de mitigação e interação junto aos bebês, crianças e famílias<sup>8</sup>”. Era preciso, de maneira urgente, repensar as propostas educativas das unidades educacionais, bem como os processos de formação continuada dos(as) profissionais.

Uma das primeiras medidas adotadas pela Unidade Educacional foi a disponibilização do WhatsApp, no dia 18 de março de 2020, para contato com as crianças, famílias e comunidade escolar. Uma ferramenta de comunicação rápida, que possibilitava a interação, sensibilização e informação para toda comunidade escolar sobre comunicados gerais e do município, e orientações do Departamento de Vigilância em Saúde (DEVISA) de Campinas.

Além disso, foram publicadas através das redes sociais<sup>9</sup> da unidade educacional, seguindo as orientações da CEB, eventos para crianças, famílias, educadores(as) e funcionários(as). Dentre eles, destacamos: “Palhaço Billy: interações pelas telas”, e “Histórias da Floresta” e “Encontro com Dona Lídia Bencardini”, ambos realizados com a atriz Suzana Nascimento. Momentos lúdicos e também de formação, que foram pensados com o objetivo de tornar mais leve um momento tão desafiador. Ainda em isolamento social, como medida de reorganização estrutural, foram realizadas pinturas e reformas na unidade educacional, como forma de acolhimento ao retorno presencial.

O projeto “Encontro com Dona Lídia Bencardini”, que fez um paralelo do passado com o presente narrando a trajetória da mulher que deu nome à Unidade Educacional, tornando-se um momento marcante também para os(as) profissionais da unidade, como um processo formativo de construção de identidade do grupo.

Para além dessa proposta, compreendendo a importância da formação continuada para os profissionais que atuam na Educação Infantil, a equipe gestora do CEI, produziu conteúdos formativos e de conscientização, em parceria com universidades públicas e órgãos da saúde, com transmissão pelo canal do Youtube. O uso da plataforma garantiu que essas formações tivessem um alcance maior, abrangendo famílias, outros profissionais da rede municipal de Campinas e interessados nos temas.

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://educa.campinas.sp.gov.br/educacao-infantil>. Acesso em 11/11/2023.

<sup>9</sup> Disponível em <https://sites.google.com/educa.campinas.sp.gov.br/sme-teletrabalho/educa%C3%A7%C3%A3o-infantil/a%C3%A7%C3%B5es-das-escolas>. Acesso em 11/11/2023.

1. “Covid-19 em Crianças” - live com a Dr<sup>a</sup>. Sandra Tibiriça da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizada no dia 04 de maio de 2021<sup>10</sup>.
2. “Vacinas, mitos e verdades” - live com a Dr<sup>a</sup> Damaris Maranhão Universidade Federal de São Paulo, no dia 30 de junho de 2021<sup>11</sup>.
3. “A importância das vacinas no combate à pandemia de COVID-19” - palestra com o Dr. Gustavo Mendes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no dia 24 de agosto de 2021<sup>12</sup>;
4. “Mesa: O PNE - Plano Nacional de Educação em tempos de pandemia” - com Dr. Silvio Gallo da Universidade Estadual de Campinas, Dr<sup>a</sup> Roberta Borges da Universidade Estadual de Campinas e Dr. André Martins da Universidade Federal de Juiz de Fora, no dia 23 de setembro de 2021<sup>13</sup>;
5. “Mesa: educação, saúde e pandemia - novos caminhos e possibilidades de articulação intersetorial” com a presença da Dr<sup>a</sup> Sandra Tibiriça da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, Dra. Damaris Maranhão da Universidade Federal de São Paulo e Dra. Roberta Rocha Borges do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas, em parceria com o Núcleo de Ação Descentralizado Sudoeste (NAED), no dia 08 de julho de 2022<sup>14</sup>.

Essas foram algumas ações elencadas que tiveram abrangência para além da Unidade Educacional e que, conforme as avaliações realizadas com seus participantes ao longo desse processo, apontaram a importância da formação continuada para o desenvolvimento de um trabalho efetivo em meio ao contexto pandêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma instituição de ensino de Educação Infantil mais inclusiva e eficaz, em busca de direitos para bebês e crianças pequenas, requer um compromisso contínuo com aprimoramentos nas políticas públicas, na formação de profissionais e na participação ativa da comunidade.

A pandemia de Covid-19 instaurou desafios significativos no cenário educacional, exigindo a implementação de estratégias emergenciais por parte das

<sup>10</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=WKaoiig\\_ZBU](https://www.youtube.com/watch?v=WKaoiig_ZBU). Acesso em 11/11/2023.

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kToKSB-eVo4>. Acesso em 11/11/2023.

<sup>12</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=9J3dn7\\_MrdA](https://www.youtube.com/watch?v=9J3dn7_MrdA). Acesso em 11/11/2023.

<sup>13</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=22tgQRy8Ecs>. Acesso em 11/11/2023.

<sup>14</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=JVDkE\\_btCB8](https://www.youtube.com/watch?v=JVDkE_btCB8). Acesso em 11/11/2023.



instituições de ensino, no sentido de adaptar-se à nova dinâmica imposta, como o ensino remoto e a utilização de tecnologias educacionais. Essas mudanças não foram apenas técnicas. Representaram também uma transformação profunda na abordagem pedagógica e na interação entre escola, crianças e suas famílias.

As propostas formativas implementadas na unidade educacional apresentada, evidenciaram a importância da formação permanente diante de um contexto desafiador, baseadas em reflexões coletivas, com o objetivo de se repensar práticas pedagógicas e ações de atendimento. O desafio apresentado não foi apenas manter a continuidade da aprendizagem, mas também tentar preservar o bem-estar emocional de bebês, crianças, famílias e comunidade escolar.

Desta maneira, o presente trabalho destacou que a formação continuada não só contribui para enfrentar crises como a pandemia, mas também se configura como um pilar essencial para profissionais da educação em busca da melhoria contínua da qualidade da educação ofertada para bebês e crianças pequenas.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 20. n. 62. jul.-set. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: DF, Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) - acesso em 11/11/2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Brasil: MEC, 1996. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 11/11/2023.

CAMPINAS. Lei nº 6.894 de 24 de Dezembro de 1.991. Estatuto do Magistério Público Municipal. Campinas, SP, 1991. Disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/84717>. Acesso em 11/11/2023.

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil : um processo contínuo de reflexão e ação : Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico / Organização : Miriam Benedita de

Castro Camargo/ Coordenação pedagógica: Heliton Leite de Godoy. – Campinas, SP, 2013.

CASSAN, Elaine Regina. A política de educação infantil no município de Campinas/SP: um diálogo com as fontes documentais. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas/SP, 2013. p. 85 a 109.

FERREIRA, F. M. MEDEIROS, D. C. C. de. WIGGERS, I. D. Culturas Infantis nas Fotografias do Parque Violeta Dória Lins (Décadas de 1940 a 1960). Movimento, v. 29, 2023, p.01-23. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/122828/88739>. Acesso em 11/11/2023.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14 . Fundação Carlos Chagas, São Paulo. disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt> - acesso em 11/11/2023.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. GODOY, Priscila Lopes de. Desafios para a efetivação da oferta de Educação Infantil com qualidade: avanços e retrocessos nas políticas e na legislação educacional. IN Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021, p.33 a 67.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. A construção do campo de pesquisa sobre formação de professores. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 145-154, jul./dez. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. pág.117-126